



EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna público que estará recebendo os envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços referentes à Tomada de Preços n.º 014/2019.

A presente licitação, do tipo **MENOR COEFICIENTE DE PREÇO**, é regida pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.06 – DEG – 17.512.005.2.346 – 3.3.90.39.99.05.00.00, e, do próximo, a consignar.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de manutenção corretiva e preventiva, com o fornecimento de peças originais, em motobombas centrífugas submersíveis da marca Flygt, de propriedade do SAMA E, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI.

1.1 A execução dos serviços obedecerá fielmente às especificações constantes do Termo de Referência – Anexo VI.

2. DO INFORMATIVO

2.1. Data de abertura dos envelopes: **03 de fevereiro de 2020.**

2.2. Horário: **9 horas.**

2.3. Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

2.4. Recepção: Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

2.5. Caso a proponente opte por remeter os envelopes descritos no item 4, com antecedência, deverão ser encaminhados para:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019
ABERTURA: **03/02/2020 – 9h**
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
RUA PINHEIRO MACHADO, N.º 1615 – 95020 –170 – CAXIAS DO SUL – RS
A/C SECRETARIA DE RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES

2.6. A documentação necessária para o cadastramento da empresa junto ao SAMAE será aceita, impreterivelmente, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, conforme disposto no artigo 22, parágrafo 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

3.2.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3.2.3. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou insolvência, em processo de dissolução ou de liquidação.

3.2.4. Aqueles arrolados no artigo 9º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

3.3. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Para participar desta licitação, os interessados deverão entregar, na data e horário mencionados no item 2, desta Tomada de Preços, 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, não transparentes e identificados, contendo, em sua parte externa:

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ABERTURA: 03/02/2020 – 9h
NOME DA PROPONENTE

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS
ABERTURA: 03/02/2020 – 9h
NOME DA PROPONENTE

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento do representante legal da empresa, com plenos poderes de decisão, far-se-á mediante apresentação de Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo I, acompanhada da respectiva cédula de identidade e CPF.

5.2. Os documentos deverão ser apresentados separadamente aos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta de Preços e somente serão necessários para as empresas que se fizerem presentes no ato da abertura.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução da dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela proponente vencedora, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

6.2. A proponente vencedora deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

6.3. A proponente vencedora será considerada responsável pelos danos por ela causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar, devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

6.4. A proponente vencedora deverá atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual – EPIs).

6.5. Dos serviços

6.5.1. A proponente vencedora deverá, durante o período do Contrato, proporcionar supervisão adequada, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução dos serviços até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

6.5.2. Os serviços e materiais deverão obedecer, com fidelidade as especificações técnicas constantes no item 6 do Termo de Referência – Anexo VI, e todas as recomendações do fabricante.

6.5.3. Para atender à conveniência dos serviços, ou por mudança nas instalações, o SAMAE poderá acrescentar ou remover motobombas listados na Tabela 1 do Termo de Referência – Anexo VI, nunca de complexidade maior.

6.5.4. A proponente vencedora deverá enviar um laudo técnico com fotos e orçamento para aprovação da execução dos serviços. Em todos os orçamentos, para fins de avaliação de relação custo/benefício, deverá, também, informar os preços de aquisição de equipamento novo, idêntico ao objeto do serviço.

6.5.5. Caberá, exclusivamente, à Fiscalização priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial, de modo a atender aos interesses do SAMAE.

6.5.6. A proponente vencedora deverá refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, correndo por sua exclusiva conta as respectivas despesas.

6.5.7. Os serviços serão solicitados atendendo à necessidade e a conveniência do SAMAE.

6.5.8. A proponente vencedora será responsável pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos. Será responsável pelos equipamentos até o momento da entrega.

6.5.9. A proponente vencedora deverá possuir todas as ferramentas, equipamentos que serão necessários para a execução dos serviços.

6.5.10. A fiscalização do SAMAEC poderá exigir, seguindo as recomendações do manual do fabricante, por inadequação ou sem condição de uso, a substituição de qualquer maquinário, equipamento ou ferramenta da proponente vencedora; tais fatos não serão justificados para eventuais atrasos nos serviços, nem exime a proponente vencedora sobre a qualidade dos equipamentos.

6.6. O prazo para a entrega dos equipamentos será de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da autorização para a execução dos serviços.

6.7. O local da entrega e retirada dos equipamentos será na Seção de Almoxarifado do SAMAEC, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, bairro Pio X, Caxias do Sul – RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira.

6.8. A proponente vencedora deverá apresentar, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do equipamento, orçamento prévio para análise e aprovação, especificando as peça(s) que serão substituídas e a mão de obra empregada para execução do(s) serviço(s) solicitado(s). Os serviços somente poderão ser executados após a aprovação do orçamento pelos fiscais designados.

6.9. A proponente vencedora deverá executar testes de performance, após realizar os consertos autorizados, com a emissão de laudo técnico, emitidos individualmente por motobomba, com, no mínimo, as seguintes informações: fotos do equipamento antes e depois da execução do serviço de manutenção, relação dos problemas ou inconformidades encontrados, relação dos serviços realizados, relação das peças utilizadas, diagnóstico das condições da moto bomba e resultado conclusivo de todos os ensaios e testes realizados.

6.10. A proponente vencedora deverá devolver a(s) peça(s) substituída(s) ao SAMAEC, após a execução do(s) serviço(s), para a conferência pelos fiscais do contrato.

6.10.1. A proponente vencedora deverá utilizar peças de reposição, para conserto de motobombas, comprovadamente genuínas. O SAMAEC poderá, a qualquer tempo, solicitar à proponente vencedora, caso não seja o próprio fabricante (assistência autorizada), a comprovação da procedência das peças por meio de notas fiscais de compra emitidas pela fábrica ou representante comercial autorizado.

6.10.2. A proponente vencedora deverá apresentar uma lista atualizada de preços, do fabricante, das peças utilizadas na data da execução do(s) serviço(s).

6.11. Equipe Técnica

- I. todo o pessoal da proponente vencedora deverá possuir habilitação e experiência nas atividades específicas que desempenharem, para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos;

- II. a proponente vencedora deverá observar o parágrafo 10, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços;
- III. a proponente vencedora somente poderá substituir os membros da equipe técnica, mediante prévia concordância do SAMAE, apresentando o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior;
- IV. a proponente vencedora obrigará-se a manter, durante o período do Contrato, pelo menos um técnico qualificado de nível superior, que será responsável pelo adequado andamento dos trabalhos e da segurança dos serviços.

6.12. A garantia será de, no mínimo, 6 (seis) meses após a entrada em operação da motobomba consertada ou 12 (doze) meses após a emissão da nota fiscal, bem como para as peças originais substituídas, valendo o prazo que vencer primeiro, sem quaisquer ônus para o SAMAE.

6.13. Condições de pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

6.13.1. A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do Contrato, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMAE, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

6.13.2. Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da proponente vencedora. A conta corrente deverá estar em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

6.13.3. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa;
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

6.13.4. Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

6.13.5. A qualquer tempo o SAMAE poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no subitem 6.13.3.

6.13.6. Para o pagamento das faturas, o preço das peças será multiplicado pelo coeficiente de desconto para as peças, $Id_{peças}$, somado ao valor máximo de mão de obra multiplicado pelo coeficiente de desconto para a mão de obra, Id_{MO} .

6.13.7. A última parcela do Contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.14. O fornecimento dos materiais e dos equipamentos e a execução dos serviços deverão atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMAE recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

6.15. O SAMAE reserva-se o direito de recusar os materiais e os serviços que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega dos materiais e/ou execução definitiva dos serviços.

6.16. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope "A"

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.4, deste Edital.

7.1. Os documentos, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, a serem apresentados, obrigatoriamente, são:

- I. **declaração de Habilitação**, conforme modelo constante do Anexo II;
- II. **certificado de Registro de Cadastral** expedido pelo SAMAE, em vigor na data de abertura da licitação, ou seja, com todos os documentos em vigor:
 - a) a relação dos documentos necessários para obtenção do CRC encontra-se disponível em <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/8>;
 - b) a documentação necessária para o cadastramento da empresa junto ao SAMAE será aceita, impreterivelmente, até o terceiro dia útil anterior à data do

recebimento das propostas, conforme disposto no artigo 22, parágrafo 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

- c) a proponente interessada que apresentar reprovação econômico-financeira não estará apta a participar deste certame.
- d) não será emitido o CRC (Certificado de Registro Cadastral) para a proponente que apresentar impedimento em licitar (verificada a abrangência do impedimento).

III. **registro da empresa junto ao CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em vigor, na data de abertura da licitação;

- a) a comprovação do registro da empresa junto à entidade profissional competente, poderá ser dispensada, se este documento estiver vigente no CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS;
- b) caso a empresa vencedora não possua o registro no CREA/RS, fica como condição contratual, a apresentação do CREA, com visto no Rio Grande do Sul, conforme Resolução CONFEA n.º 413/1997.

IV. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado serviços em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, conserto em moto bomba com potência de, no mínimo, 10 kW, em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt, conforme artigo 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços e deverão ser de serviços já concluídos.

- a) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do Atestado, além de sua assinatura;

V. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que tenha sido contratado para a execução de serviços em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, conserto em moto bomba com potência de, no mínimo, 10 kW, em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços e deverão ser de serviços já concluídos.

- a) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do Atestado, além de sua assinatura.
- VI. **declaração** da proponente, assinada pelo seu responsável legal, de que o referido profissional, detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, citado no subitem 7.1, inciso V, integrará o quadro da proponente, na data prevista para a assinatura do contrato e que este participará da obra/serviço, objeto desta licitação;
- VII. **declaração**, sob as penas da lei, que a proponente dispõe de dos seguintes requisitos para a execução dos serviços:
- a) instalações adequadas para a realização da manutenção de moto bombas centrífugas submersíveis;
 - b) bancada de testes de performance de moto bombas;
 - c) estoque mínimo de peças para reposição;
 - d) conhecimento dos procedimentos recomendados pelo fabricante, e
 - e) veículo próprio e/ou contrato de transporte.

7.2. Em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, apresentar comprovação desta condição através:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, em cópia autenticada ou emitida via internet, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

E

- II. **declaração** de enquadramento, como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

7.2.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar a mesma condição de enquadramento.

7.2.2. Não sendo possível a consulta da autenticidade dos documentos emitidos pela Internet, não será concedido o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

7.3. Serão aceitas certidões emitidas via internet e documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

7.4. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

7.5. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações, em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

7.5.1. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

7.5.2. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, a proponente será inabilitada.

7.6. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), CRC ou CNPJ.

7.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 7.8, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a proponente será considerada inabilitada.

7.8. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

7.8.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMAE, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

7.8.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

7.8.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

7.9. Serão inabilitadas as proponentes que não atenderem às exigências deste Edital e à legislação em vigor.

8. PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope “B”

A Proposta de Preços, conforme Anexo IV, deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.4, deste Edital e deverá conter:

8.1. **A proposta**, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, conforme Anexo IV – Proposta de Preços, devendo ser preenchida por meio mecânico, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente. Deverá apresentar, também, a razão social, o número do CNPJ-MF da proponente e o nome completo de seu signatário.

- I. poderá ser usado formulário próprio para preenchimento da proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo IV – Proposta de Preços, sob pena de desclassificação;
- II. a proposta deverá conter o coeficiente ofertado para ser aplicado sobre os valores da tabela de preços das peças do fabricante e o coeficiente ofertado para ser aplicado sobre os valores máximos admitidos, para cada tipo de serviço e modelo de moto bomba (os valores máximos estão dispostos no Adendo II – Planilha de Orçamento no Termo de Referência – Anexo VI), válidos para serem praticados desde a data de entrega do envelope-proposta até o efetivo pagamento;
- III. nos preços propostos, deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, custos com pessoal, encargos financeiros, sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários e da Infortunistica do Trabalho; despesas com materiais, equipamentos e ferramentas; seguros em geral, fretes, transportes e de equipamentos, carga, descarga, armazenagem, logística, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção individual e coletiva ao pessoal que desenvolverá as atividades; o fornecimento e a instalação dos materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços; supervisão, gerenciamento, operação, combustíveis, ARTs, despesas junto à concessionárias públicas (água, energia, gás, telefone, esgoto), mão de obra especializada ou não, garantias; responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o seu lucro, e

demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e/ou materiais, objeto desta licitação, para a perfeita execução dos serviços, de acordo com o Termo de Referência, constantes no Anexo VI;

- IV. Se existir discrepância entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
- V. o preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora;
- VI. por se tratar de julgamento global, ou seja, uma única proponente vencedora, a proponente deverá cotar os dois itens constantes no Anexo IV, sob pena de desclassificação da proposta.

8.2. O coeficiente a ser aplicado sobre a tabela de peças do fabricante deve ser apresentado na proposta na forma decimal, compreendido entre 0,7 (sete décimos) e 1,0 (um vírgula zero), com três casas após a vírgula. O coeficiente a ser aplicado sobre o valor do fornecimento de mão de obra, deve ser apresentado na proposta na forma decimal, e não poderá ser superior a 1 (um) nem inferior a 0,3 (zero vírgula três), com três casas após a vírgula.

8.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e à legislação em vigor.

9. DO JULGAMENTO, DA CLASSIFICAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

9.1. No julgamento observar-se-á o disposto nos artigos 43 e 44, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

9.1.1. Será considerado o critério de menor preço, representado pelo **maior desconto** ofertado sobre os valores da tabela do fabricante no que se refere às peças de reposição e o **maior desconto** ofertado para a mão-de-obra, a ser aplicado sobre os valores máximos admitidos.

9.2. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações solicitará uma única vez a correção da proposta de preços quando contiver vício formal, conforme exemplos a seguir:

- I. no caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
- II. no caso de omissão parcial no descritivo do item/subitem que compõe o serviço e/ou material deverá ser corrigido de acordo com o Edital;
- III. no caso de inversão de ordem nos descritivos do item/subitem que compõe os serviços e/ou material.

9.2.1. A recusa injustificada da proponente em realizar as correções, no prazo estipulado, ensejará a desclassificação da proposta.

- I. O prazo para regularização será de, no máximo, 02 (dois) dias úteis contados a partir da notificação feita pela Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

9.3. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações desclassificará a proposta de preços que contiver vício material ou defeito capaz de dificultar ou impedir o julgamento, conforme exemplos a seguir:

- I. omitir totalmente o descritivo do item que compõe o serviço e/ou material relacionado na Planilha Orçamentária;
- II. apresentar proposta com características e/ou quantidades diferentes da fixada na Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- III. apresentar coeficiente de desconto em desacordo com o estabelecido no subitem 8.2;
- IV. estiver em desacordo com as exigências do presente Edital e da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

9.4. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações poderá utilizar-se de assessoramento técnico para julgamento das propostas, por meio de parecer que integrará o processo.

9.5. As propostas serão classificadas segundo a ordem crescente dos Coeficientes de Preço (Cp), sendo considerada vencedora a Proposta que apresentar o MENOR COEFICIENTE DE PREÇO (Cp), calculado pela média ponderada entre o coeficiente incidente sobre o preço das peças e o coeficiente incidente sobre o preço máximo admissível para mão-de-obra, por meio da equação:

$$C_p = \frac{Id_{peças} \times 60 + Id_{mo} \times 40}{100},$$

onde,

C_p = Coeficiente de Preço;

Id_{peças} = Coeficiente a ser aplicado sobre a tabela de preços do fabricante;

$$Id_{peças} = 1 - \left(\frac{\text{desconto}}{100} \right),$$

Id_{MO} = Coeficiente a ser aplicado sobre a tabela de mão-de-obra da máxima orçada (Adendo II – Planilha de Orçamento do Termo de Referência – Anexo VI).

$$Id_{MO} = 1 - \left(\frac{\text{desconto}}{100} \right),$$

9.5.1. Em cumprimento ao disposto no inciso X, do artigo 40, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, serão considerados:

- I. o **coeficiente para peças do fabricante** aceitável, não poderá ser inferior **a 0,7 (sete décimos)**, nem superior **e 1,0 (um virgula zero)**, com três casas após a vírgula.

- II. o **coeficiente para mão de obra** aceitável, não poderá ser superior **a 1 (um)** nem inferior **a 0,3 (zero vírgula três)**, com três casas após a vírgula;
- III. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor estimado de **R\$178.860,00 (cento e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta reais)**.

9.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido ao disposto no inciso II, § 2º, do art. 3º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e observada a Emenda Constitucional n.º 06, de 15 de agosto de 1995, será realizado o sorteio, em ato público, com convocação prévia de todas as proponentes, conforme prevê o parágrafo 2º, do art. 45, do Estatuto Licitatório.

9.7. Caso as propostas apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada (empate ficto), conforme previsão do § 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora da melhor proposta, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II. se a proponente não apresentar nova proposta, por escrito, inferior à de menor preço, serão convocadas as proponentes remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para apresentação de nova proposta;
- IV. o disposto nesta condição somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por proponente enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- V. na hipótese da não-contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.7.1. As preferências de que trata o subitem 9.7, instituídas pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, não se aplicarão ao presente certame se dele participarem apenas Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, indistintamente.

9.8. Decorrido o prazo recursal ou após o julgamento dos recursos referentes à habilitação e à abertura dos envelopes proposta de preços, o SAMA E terá, no máximo, 15 (quinze) dias para o julgamento e divulgação do resultado, sendo que o prazo de validade da proposta atenderá ao artigo 64, parágrafo 3º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta licitação é único e será adjudicado e homologado pela Diretora-Presidente do SAMAE, com posterior comunicação a todos os participantes, à proponente que apresentar o **MENOR COEFICIENTE DE PREÇO (C_p)**, de acordo com os termos do Edital e do Termo de Referência – Anexo VI e conforme estabelecido no item 9.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou à inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

11.2. Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à convocação do ato.

11.3. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

11.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas à Sra. Diretora-Presidente do SAMAE, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no prazo estipulado para apresentação, sob pena de não admissibilidade.

11.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMAE, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

11.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

11.8. Caso as proponentes interponham recursos administrativos por meio de correio eletrônico (e-mail), esses deverão ser transmitidos ao Presidente dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados, pela proponente, no prazo previsto, conforme subitem 11.4, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente vencedora, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, dentre outras:

12.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

12.2. MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
- IV. pela execução da prestação de serviços em desacordo com Termo de Referência – Anexo VI e/ou com as recomendações do fabricante na razão de 3% a 10% (três a dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, conforme abaixo:
 - a) 3% (três por cento) para inconformidade LEVE, aplicável quando evidenciados aspectos estéticos e execuções construtivas distintas das especificações técnicas

- contempladas no Termo de Referência, sem afetar a segurança e a solidez do equipamento;
- b) 7% (sete por cento) para inconformidade MODERADA, aplicável quando evidenciada pela perda da funcionalidade (parcial ou total) e/ou durabilidade do equipamento, sem afetar a segurança e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando é executada parcela do serviço sem a prévia autorização do fiscal, impedindo a fiscalização da parcela que a antecedia;
 - c) 10% (dez por cento) para inconformidade GRAVE, aplicável quando colocado em risco a segurança e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando são utilizados componentes estruturais ou de segurança distintos das especificações técnicas.
- V. pelo descumprimento das obrigações inerentes ao contrato, assumidas pela proponente vencedora, que não tenham valor definido em item de custo, tais como ausência de organização e higiene; ausência de uniforme ou identificação de funcionário da empresa; descumprimento de técnicas e normas de segurança do trabalho; inadequação ou ausência de equipamento e ferramentas adequadas à execução dos serviços; ausência de entrega de documentação exigida, após o prazo definido pela fiscalização para regularização, entre outros motivos, na razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por infração;
 - VI. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
 - VII. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme subitem 6.13.3, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
 - VIII. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
 - IX. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
 - X. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada nos subitens 15.5 e 15.6 deste Edital, o SAMAE aplicará

multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade descrita no subitem 12.4.

12.3 Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitem anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4.

12.4. Suspensão temporária de participação em licitação e Impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SAMA E, bem como demais cominações legais, quando a proponente vencedora:

- I. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do procedimento licitatório ou da execução do objeto, sem motivo justificado, não manutenção da proposta, apresentar comportamento inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou praticar atos fraudulentos ou falha na execução do contrato;
- II. der causa à inexecução total ou parcial da obra, caracterizado pela recusa injustificada a assinatura do contrato, recusa injustificada na entrega da documentação exigida para assinatura de contrato e/ou pagamento, recusa injustificada ao início da execução dos serviços ou, ainda, pela paralisação ou abandono da execução do Contrato;
- III. reiterar falhas contratuais que caracterizem a incapacidade da empresa para execução dos serviços;
- IV. incorrer em alguma das situações previstas no art. 88, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. subcontratar a execução do objeto, sem a devida autorização contratual.

12.5. **Declaração de Inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o SAMA E pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

12.6. Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

12.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

12.8. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.10. Será assegurado à proponente vencedora o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

12.11. As multas e o seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

12.12. O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

12.13. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

12.14. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

12.15. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à proponente vencedora.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, as licitantes interessadas poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

13.1.1. As solicitações de **esclarecimentos e providências** poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail comissaorecepcao@samaecaxias.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

13.1.2. As solicitações de **impugnações** deverão ser realizadas por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

13.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3. Caberá à Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

13.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pela Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

13.6. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Em garantia ao cumprimento do Contrato, e antes da assinatura, a proponente vencedora deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMA E, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 56, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), que deverá estar em vigor durante todo o período contratual.

14.1. A garantia prestada pela proponente vencedora será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do Contrato.

14.2. A caução responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

14.3. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

14.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;

- II. prejuízos causados à autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada; e
- V. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

14.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

14.4.2. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15. CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a proponente vencedora será convocada pelo SAMAE, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

15.1. A minuta do Contrato é parte integrante do Edital e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

15.2. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o Contrato, no prazo referido anteriormente, o SAMAE convocará a proponente classificada em segundo lugar para a assinatura, em prazo idêntico e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços. Caso a proponente classificada em segundo lugar não atenda à convocação, poderão ser convocadas, sucessivamente, as demais proponentes, na ordem de classificação ou poderá ser revogada a licitação.

15.3. A assinatura do Contrato será realizada na Divisão Financeira do SAMAE, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 1º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

15.4. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, na pessoa dos servidores Marcelo da Luz da Rocha e Mario Leo Honorio, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do Contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do Contrato competirá à servidora Aceliane Vargas Mascarello, Diretora da Divisão de esgoto do SAMAE.

15.4.1. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMAE.

15.4.2. A fiscalização realizada pelo SAMAE não exclui, nem reduz, a responsabilidade da proponente vencedora pela execução dos serviços.

15.4.3. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMAE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do Contrato e não exime a proponente vencedora de suas obrigações e pela perfeita execução do objeto.

15.4.4. A fiscalização do SAMAE, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à proponente vencedora qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

15.4.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMAE.

15.4.6. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da proponente vencedora.

15.5. Para a assinatura do Contrato, a proponente vencedora deverá:

- I. em atendimento ao inciso VI subitem 7.1, deste Edital, apresentar qualquer um dos seguintes documentos, em cópia autenticada:
 - a) ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa;
 - b) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional;
 - c) contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal da proponente.
- II. Lista de peças de reposição a serem utilizadas em motobombas, com os valores atualizados pelo fabricante, para conferência do desconto a ser aplicado. Esta lista poderá estar em formato eletrônico.

15.6. A proponente terá prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação do contrato, para apresentar:

- I. cópia da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços e comprovante de pagamento das respectivas taxas junto ao CREA. Não será aceita a entrega de ART em modo rascunho.
- II. visto no CREA do Estado do Rio Grande do Sul, caso a empresa vencedora não possua o registro no CREA/RS, conforme Resolução CONFEA n.º 413/1997;

15.7. O início dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem para Início dos Serviços.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O Recebimento Definitivo será realizado por Comissão designada especialmente para esta finalidade, mediante termo circunstanciado, que deverá ser assinado por esta Comissão e pela proponente vencedora, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

16.1.1. A Comissão exigirá de a proponente vencedora reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto não realizado, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, bem como em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. A Comissão definirá, de comum acordo com a proponente vencedora, o prazo para a solução de problemas encontrados na vistoria.

16.2. O Termo de Recebimento Definitivo não exime a proponente vencedora de sua responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente, assinados digitalmente ou emitidos via Internet.

17.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

17.1.2. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

17.1.3. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

17.1.4. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

17.1.5. Não será permitida a realização de fotografias dos documentos apresentados, na sessão pública. A interessada em obter cópia dos documentos da licitação, deverá peticionar e protocolar, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

17.2. Após a abertura do primeiro envelope da documentação, quando se dá início à sessão, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos adendos ou alterações às ofertas e documentos apresentados.

17.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pela Comissão e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Presidente, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

17.4. A autenticação de documentos e o reconhecimento de firma, feitos pelo SAMAEC, deverão ser solicitados até, no máximo, meia hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique os documentos ou reconheça firma junto ao SAMAEC até o prazo mencionado, deverá fazê-lo por outro meio.

17.5. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e suas alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

17.6. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

17.6.1. Não serão aceitas impugnações enviadas por qualquer meio eletrônico de transmissão de dados.

17.7. Os envelopes contendo as propostas que, porventura, não forem abertos na sessão e não forem devolvidos à proponente, no certame, permanecerão em poder do Presidente. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

17.8. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

17.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo IV – Proposta de Preços;
- Anexo V – Minuta de Contrato;
- Anexo VI – Termo de Referência.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10.1. O SAMAE poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à proponente direito à indenização.

17.11. Da sessão pública, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes participantes, das propostas escritas, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Presidente, pelos vogais e pelos representantes presentes.

17.12. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado e a Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

17.13. Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, o Presidente da Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

17.14. É facultada ao Presidente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

17.15. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.16. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas pela proponente, alheias às discriminadas por este Edital, especialmente propostas alternativas.

17.17. O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará a inabilitação da proponente e/ou desclassificação da proposta.

17.18. Os Anexos deverão ser devidamente preenchidos ou, se emitidos pela proponente, contendo todos os dados constantes dos modelos fornecidos pelo SAMAE, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datados e assinados, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

17.19. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

17.20. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, se for o caso, anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiro; mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.21. A adjudicação e a homologação desta licitação são de competência da Diretora-Presidente do SAMA E.

17.22. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

17.23. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

17.24. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

17.25. Informações por telefone, somente no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site www.samaecaxias.com.br, em Licitações:

- I. requisitante desta Tomada de Preços: Mario Leo Honório, (54) 32208600, ramal 504;
- II. certificado de registro cadastral: (54) 32208602 ou 32208608;
- III. editais: (54) 32208687, 32208621, 32208631, 32208630 e 32208602;
- IV. comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações: comissaorecepcao@samaecaxias.com.br;
- V. gerência de licitações: compras@samaecaxias.com.br.

Caxias do Sul, 05 de dezembro de 2019.

Maria Raquel Brand de Sá,
Técnica em Contabilidade.

Lourenço Benetti Bonfá,
Diretor Financeiro.

Amarilda Bortolotto,
Diretora-Presidente do SAMA E.

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar da licitação promovida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAEC, na modalidade Tomada de Preços, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome da empresa _____, CNPJ n.º _____, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a)
_____, (cargo na empresa)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF n.º _____, para
fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que possui conhecimento de todas as
informações contidas no Edital, atende e cumpre a todas as exigências de **habilitação** contidas no
referido Edital e a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

_____, CNPJ n.º _____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou Técnico em Contabilidade, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, como:
() microempresa, OU
() empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa.

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Especificação	Valor Estimado (12 meses) (R\$)	Coefficiente de desconto (%)	Valor Total Anual com desconto (R\$)
01	7362 – Peças genuínas a serem empregadas na manutenção de motobombas da marca Flygt.	107.316,00		
COEFICIENTE DE DESCONTO DO ITEM 01 POR EXTENSO:				
02	8856 – Mão de obra especializada para manutenção de motobombas da marca Flygt.	71.544,00		
COEFICIENTE DE DESCONTO DO ITEM 02 POR EXTENSO:				
TOTAL GERAL (R\$):				
TOTAL GERAL POR EXTENSO:				

Para o cálculo do valor total anual com desconto, aplicar as informações contidas no subitem 9.5 deste Edital.

I. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

II. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Responsável da Proponente pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

IV. Garantia das peças e Serviços

A garantia das peças originais substituídas e dos serviços será de ____ (____) meses, contados da entrada em operação da bomba ou de ____ (____) meses, contados da emissão da Nota Fiscal, o que ocorrer primeiro. Esse prazo não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, contados a partir entrada em operação da motobomba consertada ou 12 (doze) meses após a emissão da nota fiscal. Durante o período a proponente vencedora deverá prestar assistência técnica gratuita se qualquer problema for constatado nas instalações realizadas.

_____, _____ de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E _____, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM MOTOBOMBAS CENTRÍFUGAS SUBMERSÍVEIS DA MARCA FLYGT, DO SAMA E, EM CAXIAS DO SUL – RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por sua Diretora-Presidente, _____, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal, Sr(a). _____, CPF n.º _____, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Elementos Constitutivos, Amparo Legal e Dotação Orçamentária

O presente Contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º _____, que trata da Tomada de Preços n.º 014/2019, Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º _____, de ____ de _____ de 2020, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016 e demais legislação pertinente à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e anexos que o integram.

Parágrafo único – As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.06 – DEG – 17.512.005.2.346 – 3.3.90.39.99.05.00.00 e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – Objeto do Contrato

Contratação de empresa especializada na prestação de manutenção corretiva e preventiva, com o fornecimento de peças originais, em motobombas centrífugas submersíveis da marca Flygt, de propriedade do SAMAE, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

Parágrafo único – A execução dos serviços obedecerá fielmente ao Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço

O SAMAE pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$_____ (_____) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

Item	Especificação	Valor Estimado (12 meses) (R\$)	Coefficiente de Desconto (%)	Valor Total Anual com desconto (R\$)
------	---------------	---------------------------------------	------------------------------------	--

.....

§ 1º Os valores acima foram estimados para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por se tratar de Contrato por preço unitário os quantitativos poderão variar, para mais ou para menos, considerando-se sempre os coeficientes propostos e sua aplicação sobre o valor da peça de reposição e do valor máximo de mão de obra.

§ 2º As alterações porventura introduzidas, por imperiosa necessidade, poderão determinar variações nos volumes dos serviços. Estes acréscimos ou reduções eventuais serão pagos ou descontados de acordo com os coeficientes de desconto contratuais.

§ 3º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 4º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, nele estando incluídos todos os custos diretos e indiretos, custos com pessoal, encargos financeiros, sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários e da Infelizmente do Trabalho; despesas com materiais, equipamentos e ferramentas; seguros em geral, fretes, transportes de equipamentos, carga, descarga, armazenagem, vigilância, logística, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção individual e coletiva ao pessoal que desenvolverá as atividades; o fornecimento e a instalação dos materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços; supervisão, gerenciamento, operação, combustíveis, ARTs, despesas junto à concessionárias públicas (água, energia, gás, telefone, esgoto), mão de obra especializada ou não, garantias; responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros

ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o seu lucro, e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e/ou materiais, objeto desta licitação, para a perfeita execução dos serviços, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

§ 5º A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao SAMAE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 6º A CONTRATADA deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Serviços

§ 1º O local da entrega e retirada dos equipamentos será na Seção de Almoxarifado do SAMAE, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, bairro Pio X, Caxias do Sul - RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira.

§ 2º Os serviços executados deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VI e as recomendações do fabricante, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a CONTRATADA responsável pela sua readequação.

§ 3º O SAMAE reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 4º A CONTRATADA deverá, durante o período da contratação, proporcionar supervisão adequada, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução dos serviços até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 5º Para atender à conveniência dos serviços, ou por mudança nas instalações, o SAMAE poderá acrescentar ou remover motobombas listados na Tabela 1 do Termo de Referência – Anexo VI, do Edital, nunca de complexidade maior.

§ 6º A CONTRATADA deverá enviar um laudo técnico com fotos e orçamento para aprovação da execução dos serviços. Em todos os orçamentos, para fins de avaliação de relação custo/benefício, deverá, também, informar os preços de aquisição de equipamento novo, idêntico ao objeto do serviço.

§ 7º Os serviços serão solicitados atendendo à necessidade e conveniência do SAMAE.

§ 8º A CONTRATADA será responsável pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos. Será responsável pelos equipamentos até o momento da entrega.

§ 9º A CONTRATADA deverá possuir todas as ferramentas, equipamentos que serão necessários para a execução dos serviços.

§ 10 A fiscalização do SAMAE poderá exigir, seguindo as recomendações do manual do fabricante, por inadequação ou sem condição de uso, a substituição de qualquer maquinário, equipamento ou ferramenta da CONTRATADA; tais fatos não serão justificados para eventuais atrasos nos serviços, nem exime a CONTRATADA sobre a qualidade dos equipamentos.

§ 11 A CONTRATADA deverá apresentar, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do equipamento, orçamento prévio para análise e aprovação, especificando as peça(s) que serão substituídas e a mão de obra empregada para execução do(s) serviço(s) solicitado(s). Os serviços somente poderão ser executados após a aprovação do orçamento pelos fiscais designados.

§ 12 A CONTRATADA deverá executar testes de performance, após realizar os consertos autorizados, com a emissão de laudo técnico, emitidos individualmente por motobomba, com no mínimo as seguintes informações: fotos do equipamento antes e depois da execução do serviço de manutenção, relação dos problemas ou inconformidade encontradas, relação dos serviços realizados, relação das peças utilizadas, diagnóstico das condições da motobomba e resultado conclusivo de todos os ensaios e testes realizados.

§ 13 CONTRATADA deverá devolver a(s) peça(s) substituída(s) ao SAMAE, após a execução do(s) serviço(s), para a conferência pelos fiscais do contrato.

§ 14 A CONTRATADA deverá utilizar peças de reposição, para conserto de motobombas, comprovadamente genuínas. O SAMAE poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA, caso não seja o próprio fabricante (assistência autorizada), a comprovação da procedência das peças por meio de notas fiscais de compra emitidas pela fábrica ou representante comercial autorizado.

§ 15 A CONTRATADA deverá apresentar uma lista atualizada de preços, do fabricante, das peças utilizadas na data da execução do(s) serviço(s).

§ 16 A CONTRATADA deverá executar, prioritariamente, os serviços solicitados pelo SAMAE após a aprovação do orçamento.

§ 17 A CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço pelos fiscais do contrato, sempre que estes julgar necessário. O SAMAE se dá o direito de, durante a execução

dos serviços, realizar inspeções nas dependências da CONTRATADA para comprovação da observância dos procedimentos recomendados pelo fabricante, da aferição dos instrumentos utilizados na execução dos mesmos e utilização de peças originais, podendo solicitar a comprovação, mediante apresentação de Notas Fiscais das peças emitida pelo fabricante.

CLÁUSULA QUINTA – Equipe Técnica e Identificação dos Funcionários

A equipe técnica que desenvolverá os serviços será composta pelos seguintes funcionários: (relacionar nome e função).

.....

§ 1º A CONTRATADA deverá observar o § 10, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços.

§ 2º A CONTRATADA somente poderá substituir os membros da equipe técnica, mediante prévia concordância do SAMAEC, apresentando o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

§ 3º Identificação do responsável pelos contatos e pela solução dos problemas que por ventura venham a ocorrer (nome, telefone, e-mail).

.....

§ 4º Em atendimento ao subitem 15.5, do Edital, a CONTRATADA apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

.....

CLÁUSULA SEXTA – Subcontratação dos serviços

§ 1º É vedado o consórcio entre empresas. A execução da obra/dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela CONTRATADA, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Prazo de Execução

O prazo máximo para a entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da autorização para a execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – Condições de pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do Contrato, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMAE, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 2º Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da CONTRATADA. A conta corrente deverá estar em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 3º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa;
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 4º Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º A qualquer tempo o SAMAE poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no § 3º.

§ 6º Para o pagamento das faturas, o preço das peças será multiplicado pelo coeficiente de desconto para as peças, *Id_peças*, somado ao valor máximo de mão de obra multiplicado pelo coeficiente de desconto para a mão de obra, *Id_mo*.

§ 7º A última parcela do Contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

§ 8º O fornecimento dos materiais e dos equipamentos e a execução dos serviços deverão atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMAE recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

§ 9º O SAMAEC reserva-se o direito de recusar os materiais e os serviços que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega dos materiais e/ou execução definitiva dos serviços.

CLÁUSULA NONA – Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Oitava do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Contrato.

§ 2º Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da obra devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

§ 3º Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 70, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 4º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 5º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 6º Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 7º Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

§ 8º Chamar, com antecedência prévia, a fiscalização do SAMA E, para dirimir dúvidas.

§ 9º Refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, no prazo estabelecido, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes.

§ 10 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 11 Manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

§ 12 Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

§ 13 Atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual - EPIs).

§ 14 Fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados.

§ 15 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo equipamento durante a sua custódia para realização dos serviços.

§ 16 Solucionar qualquer problema verificado nas motobombas consertadas, durante o período de garantia, sem qualquer custo para o SAMA E.

§ 17 Informar ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados.

§ 18 Proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 19 Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como

quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos.

§ 20 Manter, durante o período do Contrato, pelo menos um técnico qualificado de nível superior, que será responsável pelo adequado andamento dos trabalhos.

§ 21 Entregar à Fiscalização do SAMA E, conforme subitem 15.6, do Edital de Licitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do contrato:

- I. cópia da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços e comprovante de pagamento das respectivas taxas junto ao CREA. Não será aceita a entrega de ART em modo rascunho;
- II. visto no CREA do Estado do Rio Grande do Sul, caso a CONTRATADA não possua o registro no CREA/RS, conforme Resolução CONFEA n.º 413/1997.

§ 22 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a CONTRATADA, relatar ao SAMA E toda e qualquer ocorrência nesse sentido.

§ 23 Manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura aos seus funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Marcelo da Luz da Rocha e Mario Leo Honório, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do Contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do Contrato competirá à servidora Aceliane Vargas Mascarello, Diretora da Divisão de esgoto do SAMA E.

§ 2º A fiscalização de que trata esta cláusula será exercida no interesse do SAMA E.

§ 3º A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços.

§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do Contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto.

§ 5º A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo

exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

§ 6º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMAEC.

§ 7º Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

§ 8º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução dos serviços, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

§ 9º A CONTRATADA deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso da mesma aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado.

§ 10 São de competência e de responsabilidade exclusivas da Fiscalização:

- I. fazer visitas necessárias de inspeção aos serviços, verificando se está sendo realizado de acordo com o Termo de Referência e com as recomendações do fabricante;
- II. priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial, de modo a atender aos interesses do SAMAEC;
- III. acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais, em conjunto com a CONTRATADA;
- IV. atender aos chamados da CONTRATADA para esclarecimentos.

§ 11 A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Recebimento do Objeto

§ 1º O Recebimento Definitivo será realizado por Comissão designada especialmente para esta finalidade, mediante termo circunstanciado que deverá ser assinado por esta Comissão e pela CONTRATADA, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

- I. A Comissão exigirá de a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- II. A Comissão definirá de comum acordo com a CONTRATADA, o prazo para a solução de problemas relacionados no inciso I.

- III. O prazo previsto no inciso anterior não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, findo o qual serão aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira deste Instrumento, inclusive sendo passível de rescisão contratual.

§ 2º O Termo de Recebimento Definitivo não exime a CONTRATADA da sua responsabilidade técnica pela execução total dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Sanções Administrativas

À CONTRATADA, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, dentre outras:

§ 1º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 2º MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMAEC aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Contrato. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à CONTRATADA serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMAEC e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMAEC para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada a penalidade descrita no § 4º;
- XI. pela execução da prestação de serviços em desacordo com Termo de Referência – Anexo VI e/ou com as recomendações do fabricante na razão de 3% a 10% (três a dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, conforme abaixo:

- d) 3% (três por cento) para inconformidade LEVE, aplicável quando evidenciados aspectos estéticos e execuções construtivas distintas das especificações técnicas contempladas no Termo de Referência, sem afetar a segurança e a solidez do equipamento;
 - e) 7% (sete por cento) para inconformidade MODERADA, aplicável quando evidenciada pela perda da funcionalidade (parcial ou total) e/ou durabilidade do equipamento, sem afetar a segurança e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando é executada parcela do serviço sem a prévia autorização do fiscal, impedindo a fiscalização da parcela que a antecedia;
 - f) 10% (dez por cento) para inconformidade GRAVE, aplicável quando colocado em risco a segurança e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando são utilizados componentes estruturais ou de segurança distintos das especificações técnicas.
- IV. pelo descumprimento das obrigações inerentes ao contrato, assumidas pela CONTRATADA, que não tenham valor definido em item de custo, tais como ausência de organização e higiene; ausência de uniforme ou identificação de funcionário da empresa; descumprimento de técnicas e normas de segurança do trabalho; inadequação ou ausência de equipamento e ferramentas adequadas à execução dos serviços; ausência de entrega de documentação exigida, após o prazo definido pela fiscalização para regularização, entre outros motivos, na razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por infração;
 - V. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
 - VI. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme § 3º, da Cláusula Oitava, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade descrita no § 4º;
 - VII. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
 - VIII. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no § 4º;
 - IX. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada nos subitens 15.5 e 15.6, do Edital, o SAMAE aplicará multa

de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade descrita no § 4º.

§ 3º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme parágrafo anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º.

§ 4º **Suspensão temporária de participação em licitação e Impedimento de contratar com a Administração Municipal** pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SAMA E, bem como demais cominações legais, quando CONTRATADA:

- I. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do procedimento licitatório ou da execução do objeto, sem motivo justificado, não manutenção da proposta, apresentar comportamento inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou praticar atos fraudulentos ou falha na execução do contrato;
- II. der causa à inexecução total ou parcial da obra, caracterizado pela recusa injustificada a assinatura do contrato, recusa injustificada na entrega da documentação exigida para assinatura de contrato e/ou pagamento, recusa injustificada ao início da execução dos serviços ou, ainda, pela paralisação ou abandono da execução do Contrato;
- III. reiterar falhas contratuais que caracterizem a incapacidade da empresa para execução dos serviços;
- IV. incorrer em alguma das situações previstas no art. 88, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. subcontratar a execução do objeto, sem a devida autorização contratual.

§ 5º **Declaração de Inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o SAMA E pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do parágrafo anterior.

§ 6º Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 8º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 9º As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 10 Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

§ 11 As multas e o seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 12 O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

§ 13 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 14 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

§ 15 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Garantia dos Serviços

A garantia das peças originais substituídas e dos serviços será de ____ (____) meses, contados da entrada em operação da bomba ou de ____ (____) meses, contados da emissão da Nota Fiscal, o que ocorrer primeiro. Esse prazo não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, contados a partir entrada em operação da motobomba consertada ou 12 (doze) meses após a emissão da nota fiscal. Durante o período a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica gratuita se qualquer problema for constatado nas instalações realizadas.

§ 1º O fornecimento das peças e a execução dos serviços deverão atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMA E recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Garantia de Execução

§ 1º A CONTRATADA, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de; correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, observadas as condições previstas no Edital.

§ 2º O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As exigências referentes à garantia de execução contratual encontram-se descritas no Edital.

§ 4º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Vigência do Contrato e Reajuste

O presente Contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento da Ordem para Início dos Serviços, expedida pelo SAMA E, em até 10 (dez) dias após a publicação deste Instrumento, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, ou alterado, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Parágrafo Único – Ocorrendo a prorrogação do Contrato, para fins de reajuste, será aplicada a média percentual dos índices IGP-M, IGP-DI e INPC, mediante solicitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, o Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do Contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Cláusula Décima Terceira deste instrumento;
- IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Tolerância

Qualquer tolerância ou concessão do SAMA E para com a CONTRATADA, quando não manifestada por escrito, não terá validade e não poderá ser invocada para alterar os compromissos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (02) duas vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretora-Presidente do SAMA E.

Contratada.

Testemunhas:

- 1.
- 2.

TOMADA DE PREÇOS N.º 014/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços especializados de manutenção corretiva e preventiva, com o fornecimento de peças originais, em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt, todas de propriedade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA E).

2. FINALIDADE

Este Termo de Referência, tem a finalidade de estabelecer os requisitos mínimos para a contratação dos serviços especializados de manutenção em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt, utilizadas nas diversas Estações de Bombeamento de Esgoto (EBE's), localizadas no município de Caxias do Sul - RS.

3. JUSTIFICATIVA

Os serviços de manutenção, em moto bombas centrífugas submersíveis, têm o objetivo de manter a operacionalidade, durabilidade e confiabilidade dos conjuntos, instalados nas diversas Estações de Bombeamento de Esgoto (EBE's) do SAMA E. Deste modo, mantém-se o funcionamento ininterrupto das EBE's o que evita o extravasamento de esgoto sanitário.

4. LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 4.1 Os serviços serão solicitados atendendo à necessidade e conveniência do SAMA E.
- 4.2 O local da entrega e retirada será na Seção de Almoxarifado do SAMA E, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, bairro Pio X, Caxias do Sul - RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira.
- 4.3 A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos.
- 4.4 O prazo máximo para a entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da autorização para a execução dos serviços.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 Para o pagamento das faturas, o preço das peças será multiplicado pelo coeficiente de desconto para as peças, $Id_{peças}$, somado ao valor máximo de mão de obra multiplicado pelo coeficiente de desconto para a mão de obra, Id_{mo} .

$$V_{faturado} = Id_{peças} \times V_{peças} + Id_{mo} \times V_{mo},$$

onde,

$V_{faturado}$ = Valor do faturamento dos serviços;

$Id_{peças}$ = Coeficiente de desconto a ser aplicado sobre o preço das peças, conforme tabela de preços do fabricante;

$V_{peças}$ = Somatória do preço das peças utilizadas no(s) serviço(s);

Id_{mo} = Coeficiente de desconto a ser aplicado sobre a tabela de mão de obra;

V_{mo} = Preço máximo da mão de obra, de acordo com os valores previstos no Adendo II – Planilha de Orçamento.

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS OU DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços de manutenção a serem executados pela contratada são descritos, resumidamente:

6.1.1 Desmontagem, limpeza, jateamento, troca de óleo, montagem, teste e pintura;

6.1.2 Rebobinagem do motor elétrico;

6.1.3 Tratamento do motor elétrico;

6.1.4 Recuperação do eixo do rotor;

6.1.5 Balanceamento do conjunto girante;

6.1.6 Recuperação dos selos mecânicos (4 faces);

6.1.7 Revestimento cerâmico da voluta e do impulsor;

6.1.8 Recuperação (solda e usinagem) da voluta;

6.1.9 Transporte de equipamentos.

6.2 A contratada deverá obedecer a todas as recomendações do fabricante, referente às recomendações para execução dos serviços.

6.3 Os equipamentos objeto das manutenções dos serviços descritos são resumidos na Tabela 1:

Tabela 1: Lista de moto bombas da marca Flygt.

MODELOS	QUANTIDADE	POTÊNCIA [kW]
NS 3085	1	1,6
3068.170 SH curva 63-216	4	2,8
3057.181 MT curva 63-232	2	2,8
3057.180 curva 63-234	2	2,8
NP 3085.160 SH	6	3
NP 3127.181	2	7,5
NP 3153.181	2	14,9
NP 3127 HT	4	7,5
NP 3153 HT	2	11,2
NP 3171	3	18,6
NP 3202	4	34

6.4 Para atender à conveniência dos serviços, ou por mudança nas instalações, o SAMA E poderá acrescentar ou remover moto bombas listados na Tabela 1, nunca de complexidade maior.

- 6.5 As peças de reposição a serem utilizadas nos consertos em moto bombas deverão ser, comprovadamente, genuínas.
- 6.6 O SAMAE poderá, a qualquer tempo, solicitar à contratada a comprovação da originalidade das peças, por meio de documentação emitida pelo fabricante.
- 6.7 Todas as peças substituídas deverão ser OBRIGATORIAMENTE devolvidas ao SAMAE, junto ao equipamento reparado.
- 6.8 A substituição de quaisquer dos elementos de fixação, regulagem, proteção, bujões, parafusos, porcas, arruelas, bujões de dreno, visores, prisioneiros, chavetas, anéis elásticos, anéis de isolamento, arruelas copo, pinos, terminais de ligação, etc.; bem como plaquetas de identificação e /ou advertência, utilizados na composição das bombas deverão estar inclusos nos SERVIÇOS, mantendo as características originais, quanto ao material e a dimensão.
- 6.9 Deverá executar testes de performance, após realizar os consertos autorizados, com a emissão de laudo técnico, por moto bomba, com no mínimo as seguintes informações: fotos do equipamento antes e depois da execução do serviço de manutenção, relação dos problemas ou inconformidade encontradas, relação dos serviços realizados, relação das peças utilizadas, diagnóstico das condições da moto bomba e resultado conclusivo de todos os ensaios e testes realizados.
- 6.10 A contratada deverá enviar um laudo técnico com fotos e orçamento para aprovação da execução dos serviços.
- 6.11 Em todos os orçamentos para fins de avaliação de relação custo/benefício deverá, também, informar os preços de aquisição de equipamento novo, idêntico ao objeto do serviço.
- 6.12 O SAMAE se dá o direito de, após executados os serviços, efetuar eventuais desmontagens, bem como realizar ensaios mecânicos, a fim de comprovar a qualidade dos materiais e componentes aplicados e também verificar os níveis de rendimento e eficiência dos conjuntos.
- 6.13 As bombas submersíveis deverão atender, no mínimo, 90% após a execução dos serviços, aos pontos de rendimento, vazão e altura manométrica especificados nas curvas características apresentadas pelo fabricante.
- 6.14 Os funcionários deverão estar uniformizados e possuírem acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes sendo os acessórios e equipamentos de segurança compatíveis para cada tipo de trabalho.

7. GARANTIA

Será exigida, no mínimo, a garantia de 6 (seis) meses após a entrada em operação da moto bomba consertada, ou 12 (doze) meses após a emissão da nota fiscal, bem como para as peças originais substituídas, valendo o prazo que vencer primeiro sem quaisquer ônus para o SAMAE.

8. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

- 8.1 A PROPONENTE deverá apresentar na abertura da licitação, para fins de comprovação da qualificação técnica necessária à execução dos serviços deste contrato, os seguintes documentos:
- 8.1.1 Registro de Pessoa Jurídica junto a entidade profissional competente, sistema CONFEA/CREA;
- 8.1.2 Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Técnico-Operacional (original ou cópia autenticada), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a PROPONENTE realizado serviços em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, conserto em moto bomba com potência de, no mínimo, 10 kW, em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços prestados e seus quantitativos, sendo que os atestados deverão ser de serviços já concluídos, conforme artigo 30, da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- 8.1.3 Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional (original ou cópia autenticada), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1995, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares, em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, conserto em moto bomba com potência de, no mínimo, 10 kW, em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluído(s) e deverá(ão) constar discriminadamente os serviços prestados e seus quantitativos;
- 8.2 Declaração da proponente, assinada pelo seu responsável legal, de que o referido profissional, detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, citado acima, integrará o quadro da proponente, na data prevista para a assinatura do contrato. A proponente vencedora deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, para fins de comprovação das declarações citadas acima, original ou cópia autenticada de qualquer um dos seguintes documentos, a fim de comprovar o vínculo profissional do Responsável Técnico: Comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional; Contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo representante legal da proponente;
- 8.3 Declaração, assinada pelo responsável legal da PROPONENTE, de que dispõe, no mínimo, dos seguintes requisitos para a execução dos serviços: instalações adequadas para a realização da manutenção de moto bombas centrífugas submersíveis, bancada de testes de performance de moto bombas, estoque mínimo de peças para reposição,

conhecimento dos procedimentos recomendados pelo fabricante, veículo próprio e/ou contrato de transporte.

9. FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, na pessoa dos servidores Marcelo da Luz da Rocha e Mario Leo Honório, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção, e a gestão do contrato competirá a diretora Aceliane Vargas Mascarello.

10. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

- 10.1 A CONTRATADA deverá apresentar, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do equipamento, orçamento prévio para análise e aprovação, especificando as peça(s) que serão substituídas e a mão de obra empregada para execução do(s) serviço(s) solicitado(s).
- 10.2 Os serviços somente poderão ser executados após a aprovação do orçamento pelos fiscais designados.
- 10.3 A CONTRATADA deverá enviar um laudo técnico com fotos e orçamento para aprovação da execução dos serviços.
- 10.4 Em todos os orçamentos para fins de avaliação de relação custo/benefício deverá, também, informar os preços de aquisição de equipamento novo, idêntico ao objeto do serviço.
- 10.5 A CONTRATADA deverá possuir todas as ferramentas, equipamentos que serão necessários para a execução dos serviços.
- 10.6 A fiscalização do SAMAE poderá exigir, seguindo as recomendações do manual do fabricante, por inadequação ou sem condição de uso, a substituição de qualquer maquinário, equipamento ou ferramenta da Contratada; tais fatos não serão justificados para eventuais atrasos nos serviços, nem exime a Contratada sobre a qualidade dos equipamentos.
- 10.7 A CONTRATADA deverá manter pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, para a execução dos serviços.
- 10.8 A CONTRATADA deverá executar, prioritariamente, os serviços solicitados pelo SAMAE após a aprovação do orçamento.
- 10.9 A CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço pelos fiscais do contrato, sempre que estes julgar necessário.
- 10.10 O SAMAE se dá o direito de, durante a execução dos serviços, realizar inspeções nas dependências da CONTRATADA para comprovação da observância dos procedimentos recomendados pelo fabricante, da aferição dos instrumentos utilizados na execução dos mesmos e utilização de peças originais, podendo solicitar a comprovação, mediante apresentação de Notas Fiscais das peças emitida pelo fabricante.

- 10.11 A CONTRATADA deverá dar garantia de, no mínimo, 6 (seis) meses após a entrada em operação da moto bomba consertada, ou 12 (doze) meses após a emissão da nota fiscal, bem como para as peças originais substituídas, valendo o prazo que vencer primeiro.
- 10.12 A CONTRATADA deverá refazer os serviço(s) que não forem realizado(s) a contento, fundamentado por parecer técnico, sem ônus ao SAMA E que não seja a(s) peça(s) não recuperados anteriormente.
- 10.13 A CONTRATADA deverá devolver a(s) peça(s) substituída(s) ao SAMA E, após a execução do(s) serviço(s), para a conferência pelos fiscais do contrato.
- 10.14 A CONTRATADA deverá apresentar uma lista atualizada de preços, do fabricante, das peças utilizadas na data da execução do serviço(s).
- 10.15 A CONTRATADA deverá entregar o(s) equipamento(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da autorização para a execução dos serviços.
- 10.16 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo equipamento durante a sua custódia para realização dos serviços.
- 10.17 A CONTRATADA deverá executar os serviços obedecendo a todas as recomendações do fabricante.
- 10.18 A CONTRATADA deverá utilizar peças de reposição, para conserto de moto bombas, deverão ser, comprovadamente, genuínas.
- 10.19 O SAMA E poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA, caso não seja o próprio fabricante (assistência autorizada), a comprovação da procedência das peças por meio de notas fiscais de compra emitidas pela fábrica ou representante comercial autorizado.
- 10.20 A CONTRATADA deverá apresentar lista de peças de reposição a serem utilizadas em moto bombas, no momento de assinatura do contrato, com os valores atualizados pelo fabricante, para conferência do desconto a ser aplicado. Esta lista poderá estar em formato eletrônico.
- 10.21 A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 10.22 A CONTRATADA deverá executar testes de performance, após realizar os consertos autorizados, com a emissão de laudo técnico, emitidos individualmente por moto bomba, com no mínimo as seguintes informações: fotos do equipamento antes e depois da execução do serviço de manutenção, relação dos problemas ou inconformidade encontradas, relação dos serviços realizados, relação das peças utilizadas, diagnóstico das condições da moto bomba e resultado conclusivo de todos os ensaios e testes realizados.
- 10.23 A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da publicação do contrato, para entregar ao SAMA E o original ou cópia autenticada da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços contratados. Juntamente com a ART, deverá ser entregue o comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA.
- 10.24 A CONTRATADA será responsável pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos. Será responsável pelos equipamentos até o momento da entrega.

11. SUBCONTRATAÇÃO

São vedados a subcontratação ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1 No critério de avaliação das propostas será considerado o critério de menor preço, representado pelo **maior desconto** ofertado, tendo como padrão a tabela do fabricante no que se refere às peças de reposição e o maior desconto ofertado sobre o preço máximo admitido para a mão de obra, a ser aplicado sobre os valores máximos admitidos, para cada tipo de serviço e modelo de moto bomba (vide Adendo II – Planilha de Orçamento).
- 12.2 O desconto dar-se-á por meio da aplicação de um coeficiente sobre o valor da peça de reposição e do valor máximo de mão de obra.
- 12.3 As propostas serão classificadas segundo a ordem crescente do **Coeficientes de Preço** (C_p), sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o MENOR COEFICIENTE DE PREÇO (C_p), calculado pela média ponderada entre o coeficiente incidente sobre o preço das peças e o coeficiente incidente sobre o preço máximo admissível para mão-de-obra, por meio da equação:

$$C_p = \frac{Id_{peças} \times 60 + Id_{mo} \times 40}{100},$$

onde,

C_p = Coeficiente de preço;

$Id_{peças}$ = Coeficiente de desconto a ser aplicado sobre o preço das peças, conforme tabela de preços do fabricante;

Id_{mo} = Coeficiente de desconto a ser aplicado sobre a tabela de mão de obra (Adendo II – Planilha de Orçamento).

- 12.4 O valor de $Id_{peças}$ deve ser apresentado na proposta na forma decimal, não poderá ser inferior a 0,7 (sete décimos) nem superior 1,0 (um vírgula zero), com três casas após a vírgula.
- 12.5 O valor de Id_{mo} deve ser apresentado na proposta na forma decimal, e não poderá ser superior a 1 (um) nem inferior a 0,3 (zero vírgula três), com três casas após a vírgula.
- 12.6 As licitantes deverão apresentar proposta $Id_{peças}$ e Id_{mo} individualmente, conforme Adendo I – Modelo de Proposta.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO/ORDEN DE INÍCIO

- 13.1 O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento da Ordem para Início dos Serviços expedida pelo SAMA E, em até 10 dias após a publicação do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo

57, da Lei Federal n.º 8.666/1993, ou alterado, fundamentado no artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

- 13.2 Todos os casos omissos não mencionados neste termo de referência deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição e determinação.

Caxias do Sul, 12 de dezembro de 2019.

Marcelo da Luz da Rocha,
Técnico em Mecatrônica.

Mario Leo Honorio,
Gerente de Tratamento de Esgoto.

Aceliane Vargas Mascarello,
Diretora da Divisão de Esgoto.



Adendo I

MODELO DE PROPOSTA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços especializados de manutenção corretiva e preventiva, com o fornecimento de peças originais, em moto bombas centrífugas submersíveis da marca Flygt, todas de propriedade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA E).

1. VALORES DA PROPOSTA

- a) Coeficiente a ser aplicado na tabela de peças de reposição ($Id_{peças}$): _____
- b) Coeficiente a ser aplicado na tabela de mão-de-obra (Id_{mo}): _____

2. PRAZO DA GARANTIA

- a) O prazo de garantia dos serviços e das peças é de _____ meses (mínimo 6 meses).

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

Caxias do Sul, XX de XXXX de 20XX

Assinatura do Responsável.
Carimbo/identificação da empresa

Adendo II - PLANILHA DE ORÇAMENTO

TABELA DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Modelo	Serviço 1	Serviço 2	Serviço 3	Serviço 4	Serviço 5	Serviço 6	Serviço 7	Serviço 8	Serviço 9
N 3127.181	R\$ 2.487,53	R\$ 2.440,30	R\$ 623,81	R\$ 1.661,29	R\$ 443,03	R\$ 2.153,28	R\$ 1.822,13	R\$ 1.523,30	R\$ 554,17
NP3153.181	R\$ 3.035,07	R\$ 4.077,2	R\$ 1.176,90	R\$ 2.197,03	R\$ 528,72	R\$ 2.652,87	R\$ 2.152,67	R\$ 2.146,67	R\$ 778,55
NP 3153 HT	R\$ 3.042,13	R\$ 4.086,70	R\$ 1.182,62	R\$ 2.192,27	R\$ 527,27	R\$ 2.620,87	R\$ 2.098,27	R\$ 2.099,00	R\$ 778,55
NP 3127 HT	R\$ 2.487,53	R\$ 2.440,30	R\$ 629,87	R\$ 1.642,87	R\$ 441,30	R\$ 2.123,53	R\$ 1.817,87	R\$ 1.527,37	R\$ 560,42
NP 3127 HT	R\$ 2.493,37	R\$ 2.446,00	R\$ 616,47	R\$ 1.659,83	R\$ 456,23	R\$ 2.116,97	R\$ 1.809,33	R\$ 1.563,23	R\$ 555,17
NP 3127 HT	R\$ 2.516,67	R\$ 2.487,73	R\$ 623,97	R\$ 1.646,63	R\$ 444,47	R\$ 2.112,00	R\$ 1.826,40	R\$ 1.530,83	R\$ 563,53
NS 3085	R\$ 1.196,23	R\$ 1.422,80	R\$ 470,70	R\$ 928,17	R\$ 278,47	R\$ 1.448,10	R\$ 1.492,43	R\$ 1.039,47	R\$ 560,30
3171	R\$ 3.366,10	R\$ 4.485,73	R\$ 1.382,70	R\$ 3.406,85	R\$ 678,00	R\$ 2.807,13	R\$ 2.609,33	R\$ 2.905,33	R\$ 974,67
NP 3085 SH	R\$ 1.193,50	R\$ 1.484,87	R\$ 503,00	R\$ 931,17	R\$ 282,03	R\$ 1.463,63	R\$ 1.481,93	R\$ 1.014,93	R\$ 560,67
NP 3202 MP	R\$ 4.081,63	R\$ 6.842,60	R\$ 2.020,25	R\$ 4.759,07	R\$ 697,73	R\$ 3.128,47	R\$ 4.587,17	R\$ 3.460,60	R\$ 1.295,07
3068.170 SH curva 63-216	R\$ 1.196,23	R\$ 1.357,53	R\$ 474,83	R\$ 857,90	R\$ 202,08	R\$ 1.438,70	R\$ 1.357,07	R\$ 873,87	R\$ 562,75
3068.170 SH curva 63-216	R\$ 1.197,22	R\$ 1.354,27	R\$ 471,53	R\$ 853,90	R\$ 203,23	R\$ 1.395,90	R\$ 1.377,83	R\$ 855,07	R\$ 560,85
3057.181 MT curva 63-232	R\$ 1.055,03	R\$ 1.383,33	R\$ 487,13	R\$ 852,17	R\$ 201,07	R\$ 1.202,37	R\$ 1.360,57	R\$ 871,20	R\$ 556,65
3057.180 CURVA 63- 234	R\$ 1.052,63	R\$ 1.407,73	R\$ 474,10	R\$ 860,23	R\$ 208,70	R\$ 1.235,57	R\$ 1.382,53	R\$ 877,23	R\$ 562,05
NP3085.160 SH	R\$ 1.191,90	R\$ 1.410,83	R\$ 470,07	R\$ 932,20	R\$ 281,77	R\$ 1.456,73	R\$ 1.506,72	R\$ 1.010,87	R\$ 557,60
NP3085	R\$ 1.193,32	R\$ 1.430,97	R\$ 478,30	R\$ 923,20	R\$ 285,97	R\$ 1.439,77	R\$ 1.487,37	R\$ 1.010,07	R\$ 560,90
	Desmontagem, limpeza, jateamento de areia, troca de óleo, montagem, teste e pintura.	Rebobinagem do motor elétrico.	Tratamento do motor elétrico	Recuperação do eixo do rotor	Balanceamento do conjunto girante.	Recuperação dos selos mecânicos (4 faces)	Revestimento cerâmico da voluta e do impulsor	Recuperação (solda e usinagem) da voluta	Transporte